## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO FORO CENTRAL CÍVEL 42ª VARA CÍVEL

Praça João Mendes s/n°, 14° andar - salas n° 1413/1409, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11), São Paulo-SP - E-mail: upj41a45@tjsp.jus.br Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

## DECISÃO

Processo Digital n°: **0050655-69.2020.8.26.0100** 

Classe - Assunto Procedimento Comum Cível - Honorários Advocatícios

Requerente: Francisco Rangel Effting e outro
Requerido: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). André Augusto Salvador Bezerra

Vistos.

- A inicial preenche os requisitos do art. 319 do Código de Processo Civil, contendo clara narração dos fatos de modo a permitir à ré o exercício do direito de defesa.
- Não há também que se falar em falta de interesse de agir. A demanda apresentada pela autora consiste no meio útil e adequado a quem pretende arbitramento de honorários supostamente não pagos.
- 3. Trata-se de ação que discute verba honorária contratual, de modo que o advogado autor é parte legítima.
- A requerida sequer esclareceu o andamento da suposta ação conexa. Não há, portanto, como se determinar a reunião de processos.
- Por fim, a prescrição será verificada quando eventualmente se concluírem por valores a serem pagos e respectivos períodos abrangidos.
- As partes são legítimas e estão bem representadas, pelo que, dou o feito por saneado. Ficam rejeitadas em preliminares alegadas em resposta.
- Necessária a realização de perícia, a fim de serem esclarecidos os pontos controvertidos da causa, relativos a honorários advocatícios contratuais ainda devidos.



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO COMARCA DE SÃO PAULO FORO CENTRAL CÍVEL 42ª VARA CÍVEL

Praça João Mendes s/n°, 14° andar - salas n° 1413/1409, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11), São Paulo-SP - E-mail: upj41a45@tjsp.jus.br Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

- 8. Para este fim, nomeio Oreste Laspro, que deverá ser intimado para estimar seus honorários, a cargo da ré, parte que impugna os fatos e requereu tal prova.
- 9. Em 15 dias, poderão as partes apresentar quesitos e indicar assistentes técnicos. Laudo em 30 (trinta) dias.
- Após a prova técnica, a instrução será encerrada.
   Int.

São Paulo, 20 de novembro de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA